



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco". Atualmente possui 3.537 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1.127 milhão de cotas ativas, 822 mil bens entregues e uma carteira total de crédito (contemplado e não contemplado) superior a R\$ 46,5 bilhões.

No semestre, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 385,7 milhões, correspondente a R\$ 296,71 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 2,7 bilhões, Ativos Totais de R\$ 3 bilhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 536 milhões, com crescimento 8,7% em relação ao semestre findo em 31 de dezembro de 2014.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

	30.6.2015	31.12.2014		30.6.2015	31.12.2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	2.197.141	1.877.698	CIRCULANTE	375.565	393.273
DISPONIBILIDADES (Nota 5).....	3	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	375.565	393.273
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 7).....	2.151.965	1.821.989	Sociais e Estatutárias.....	3.664	5.861
Carteira Própria.....	2.151.965	1.821.989	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a).....	134.933	194.077
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	45.122	55.675	Diversas (Nota 13b).....	236.968	193.335
Créditos Específicos.....	6.146	4.616			
Diversos.....	38.976	51.059	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.598	2.312
OUTROS VALORES E BENS.....	51	34	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	2.598	2.312
Despesas Antecipadas.....	51	34	Diversas (Nota 13b).....	2.598	2.312
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	838.575	791.614			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 6).....	831.867	784.620	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	2.700.193	2.318.132
Aplicações no Mercado Aberto.....	831.867	784.620	Capital:		
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8).....	6.684	6.975	- De Domiciliados no País.....	1.300.000	940.000
Diversos.....	6.684	6.975	Reservas de Lucros.....	1.400.193	1.378.132
OUTROS VALORES E BENS.....	24	19			
Despesas Antecipadas.....	24	19			
PERMANENTE	42.640	44.405			
INVESTIMENTOS (Nota 9).....	201	201			
Outros Investimentos.....	312	312			
Provisões para Perdas.....	(111)	(111)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10).....	525	652			
Outras Imobilizações de Uso.....	3.841	3.899			
Depreciações Acumuladas.....	(3.316)	(3.247)			
INTANGÍVEL (Nota 11).....	41.914	43.552			
Ativos Intangíveis.....	55.824	53.404			
Amortização Acumulada.....	(13.910)	(9.852)			
TOTAL	3.078.356	2.713.717	TOTAL	3.078.356	2.713.717

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º Semestre 2015	2º Semestre 2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	154.343	125.028
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7c).....	154.343	125.028
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	154.343	125.028
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	401.075	340.088
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15).....	536.039	493.240
Despesas de Pessoal (Nota 16).....	(9.982)	(10.107)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17).....	(20.971)	(22.559)
Despesas Tributárias (Nota 18).....	(61.554)	(57.077)
Outras Receitas Operacionais (Nota 19).....	935	789
Outras Despesas Operacionais (Nota 20).....	(43.392)	(64.198)
RESULTADO OPERACIONAL	555.418	465.116
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)	27.198	27.692
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	582.616	492.808
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(196.891)	(165.221)
LUCRO LÍQUIDO	385.725	327.587
Número de cotas (Notas 14a e b).....	1.300.000.000	940.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	296,71	348,50

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º Semestre 2015	2º Semestre 2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	582.616	492.808
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	4.443	4.446
Depreciações e Amortizações.....	4.209	3.641
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	229	805
Perda na Venda de Imobilizado.....	5	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	587.059	497.254
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(47.247)	(784.620)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(329.976)	321.154
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.....	11.055	(17.082)
Aumento em Outras Obrigações.....	18.089	64.122
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(230.665)	(76.491)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	8.315	4.337
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(44)	(20)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	16	1
Aplicação em Bens Intangíveis.....	(2.423)	(4.318)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(2.451)	(4.337)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(5.861)	-
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(5.861)	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	3	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 30.6.2014	940.000	38.235	1.015.422	-	1.993.657
Lucro Líquido.....	-	-	-	327.587	327.587
Destinações: - Reservas.....	-	16.379	308.096	(324.475)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(3.112)	(3.112)
Saldos em 31.12.2014	940.000	54.614	1.323.518	-	2.318.132
Aumento de Capital com Reservas.....	360.000	-	(360.000)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	385.725	385.725
Destinações: - Reservas.....	-	19.287	362.774	(382.061)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(3.664)	(3.664)
Saldos em 30.6.2015	1.300.000	73.901	1.326.292	-	2.700.193

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	1º Semestre 2015		2º Semestre 2014	
	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	675.123	103,0	582.551	103,9
1.1) Intermediação Financeira.....	154.343	23,5	125.028	22,3
1.2) Prestação de Serviços.....	536.039	81,8	493.240	88,0
1.3) Outras.....	(15.259)	(2,3)	(35.717)	(6,4)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(16.533)	(2,4)	(18.691)	(3,3)
Comunicações.....	(6.167)	(0,9)	(6.576)	(1,2)
Serviços Técnicos Especializados.....	(4.897)	(0,7)	(4.150)	(0,7)
Processamento de Dados.....	(1.508)	(0,2)	(1.469)	(0,3)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(1.440)	(0,2)	(455)	(0,1)
Viagens.....	(863)	(0,1)	(766)	(0,1)
Materiais, Água e Energia.....	(554)	(0,1)	(622)	(0,1)
Transportes.....	(495)	(0,1)	(546)	(0,1)
Manutenção e Conservação de Bens.....	(107)	-	(125)	-
Contribuições Filantrópicas.....	-	-	(3.533)	(0,6)
Outras.....	(502)	(0,1)	(449)	(0,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	658.590	100,6	563.860	100,6
4 - DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(4.209)	(0,6)	(3.641)	(0,6)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	654.381	100,0	560.219	100,0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	654.381	100,0	560.219	100,0
6.1) Pessoal.....	7.996	1,2	7.724	1,4
Proventos.....	3.993	0,6	4.368	0,8
Benefícios.....	2.681	0,4	2.234	0,4
FGTS.....	309	-	282	0,1
Outros Encargos.....	1.013	0,2	840	0,1
6.2) Impostos, Taxas e Contribuições.....	260.431	39,8	224.681	40,1
Federais.....	250.468	38,3	215.326	38,4
Municipais.....	9.963	1,5	9.355	1,7
6.3) Remuneração de Capitais de Terceiros.....	229	-	227	-
Aluguéis.....	229	-	227	-
6.4) Remuneração de Capitais Próprios.....	385.725	59,0	327.587	58,5
Dividendos.....	3.664	0,6	3.112	0,6
Lucros Retidos.....	382.061	58,4	324.475	57,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...



Bradesco
Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil

ATIVO	30.6.2015	31.12.2014
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.608.585	10.693.151
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 22)	5.367.395	4.894.963
Aplicações Financeiras	898.517	761.805
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	4.468.878	4.133.158
OUTROS CRÉDITOS	6.241.190	5.798.188
Direitos junto a Consorciados Contemplados	6.232.238	5.793.826
Normais	6.101.800	5.695.295
Em Atraso	40.716	31.401
Em Cobrança Judicial	89.721	67.130
Bens Retomados	8.953	4.362
COMPENSAÇÃO	42.343.553	39.987.084
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	459.481	429.312
Contribuições Devidas ao Grupo	22.078.126	20.816.192
Valor dos Bens a Contemplar	19.805.946	18.741.580
TOTAL	53.952.138	50.680.235
PASSIVO		
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	11.608.585	10.693.151
Obrigações com Consorciados	4.429.532	4.162.822
Valores a Repassar	60.298	53.023
Obrigações por Contemplações a Entregar	4.468.878	4.133.158
Recursos a Devolver a Consorciados	1.798.637	1.605.525
Recursos dos Grupos	851.239	738.623
COMPENSAÇÃO	42.343.553	39.987.084
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	459.481	429.312
Obrigações do Grupo por Contribuições	22.078.126	20.816.192
Obrigações por Futuras Contemplações	19.805.946	18.741.580
TOTAL	53.952.138	50.680.235

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

	1º Semestre 2015	2º Semestre 2014
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4.894.963	4.752.901
Aplicações Financeiras	761.805	682.831
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	4.133.158	4.070.070
(+) RECURSOS COLETADOS	4.345.493	4.085.630
Contribuições para Aquisição de Bens	3.415.913	3.225.850
Taxa de Administração	475.563	447.412
Contribuições ao Fundo de Reserva	100.698	94.913
Rendimentos de Aplicações Financeiras	178.375	149.780
Multas e Juros Moratórios	12.952	11.523
Prêmios de Seguro	81.787	79.133
Custas Judiciais	3.085	2.802
Outros	77.121	74.217
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(3.873.062)	(3.943.565)
Aquisição de Bens	(3.033.317)	(3.080.142)
Taxa de Administração	(487.395)	(457.937)
Multas e Juros Moratórios	(6.476)	(5.755)
Prêmios de Seguro	(82.256)	(79.809)
Custas Judiciais	(3.088)	(2.802)
Seguros Contratados - Quebra de Garantia	(27.885)	(61.789)
Devolução a Consorciados Desligados	(161.995)	(176.540)
Outros	(70.649)	(78.791)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	5.367.395	4.894.963
Aplicações Financeiras	898.517	761.805
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	4.468.878	4.133.158

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. Como parte integrante da Organização Bradesco, utiliza-se, de forma compartilhada, da infraestrutura administrativa e tecnológica de seu Controlador ("Banco Bradesco") e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método *proporcional*.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão do consorciado nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

h) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

j) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

• **Software**

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

m) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 25.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade de processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

A provisão para contingências é constituída considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, o posicionamento dos Tribunais para causas de natureza semelhante e a experiência da Administração.

Desta forma julgamos que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas prováveis dos respectivos processos judiciais. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

continua...



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente até a base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014 (1)
Disponibilidade em moeda nacional (1)	3	-
Total	3	-

(1) Em 31 de dezembro de 2014 a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2015 o valor correspondente a R\$ 831.867 mil (31 de dezembro de 2014 - R\$ 784.620 mil), refere-se a operações compromissadas lastreadas em debêntures, com vencimento em 22.7.2016 e a taxa de juros de 101,75% do CDI.

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Carteira própria		
- Letras financeiras	834.623	785.751
- Cotas de fundos de investimentos	1.317.342	1.036.238
Total	2.151.965	1.821.989

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	R\$ mil					
	2015					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação (3)						
Letras financeiras do tesouro	111.517	105.654	-	298.731	515.902	515.902
Certificados de depósito bancário	-	-	5.849	30.569	36.418	36.418
Debêntures	-	-	1.556	42.614	44.170	44.170
Letras do tesouro nacional	-	9.588	957	20.611	31.156	31.156
Notas do tesouro nacional	441.949	-	-	370	442.319	442.319
Letras financeiras	-	12.417	68.526	999.709	1.080.652	1.080.652
Outras	1.065	87	196	-	1.348	1.348
Total em 30 de junho de 2015	554.531	127.746	77.084	1.392.604	2.151.965	2.151.965
Total em 31 de dezembro de 2014	536.428	11.248	119.587	1.154.726		1.821.989

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do período a Bradesco Consórcios possuía R\$ 1.317.342 mil (31.12.2014 - R\$ 1.036.238 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	47.247	34.620
Subtotal	47.247	34.620
Títulos de renda fixa	107.096	90.408
Total	154.343	125.028

8) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Pagamentos a ressarcir	28.171	22.410
Impostos e contribuições a compensar	9.024	28.940
Devedores por depósitos em garantia	6.224	5.036
Valores específicos - cobrança judicial	5.623	4.179
Créditos tributários (Nota 25c)	1.785	1.553
Bens retornados após encerramento	523	437
Outros adiantamentos	456	95
Total	51.806	62.650

9) INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
- Certificados de investimentos - Cl.	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais	(111)	(111)
Total geral dos investimentos	201	201

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	
				30.6.2015	31.12.2014
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.365	(1.974)	391	499
Sistemas de processamento de dados	20%	1.458	(1.328)	130	148
Sistemas de segurança	10%	18	(14)	4	5
Total em 30 de junho de 2015		3.841	(3.316)	525	
Total em 31 de dezembro de 2014		3.899	(3.247)		652

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por software.

	Taxa anual	Custo	Amortização	R\$ mil	
				Custo líquido de amortização	
				30.6.2015	31.12.2014
Software	20%	55.824	(13.910)	41.914	43.552
Total em 30 de junho de 2015		55.824	(13.910)	41.914	
Total em 31 de dezembro de 2014		53.404	(9.852)		43.552

12) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo em 31.12.2014	55	2.583	35
Constituição de provisões/reversões	133	470	-
Atualização monetária	2	156	1
Pagamentos	-	(533)	-
Saldo em 30.6.2015 (Nota 13)	190	2.676	36

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
13) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros.....	123.363	183.275
Impostos e contribuições a recolher.....	11.534	10.767
Provisões fiscais (Nota 12b).....	36	35
Total	134.933	194.077

b) Diversas

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados.....	214.836	175.964
Provisões para pagamentos a efetuar.....	9.321	7.021
Recursos pendentes.....	6.146	4.616
Processos judiciais em andamento.....	4.259	3.578
Provisões cíveis (Nota 12b).....	2.676	2.583
Provisões trabalhistas (Nota 12b).....	190	55
Outros valores.....	2.138	1.830
Total	239.566	195.647

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.300.000 mil (31.12.2014 - R\$ 940.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.300.000.000 (31.12.2014 - 940.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2014.....	940.000.000	940.000
Aumento de capital (1).....	360.000.000	360.000
Em 30 de junho de 2015.....	1.300.000.000	1.300.000

(1) Em 28 de abril de 2015 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Companhia, deliberou o aumento do capital social em R\$ 360.000 mil, elevando-o de R\$ 940.000 mil para R\$ 1.300.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 360.000 mil, com a criação de 360.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A. Processo homologado pelo Banco Central do Brasil em 27.5.2015.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Reservas de lucros.....	1.400.193	1.378.132
- Reserva legal (1).....	73.901	54.614
- Reserva estatutária (2).....	1.326.292	1.323.518

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos períodos findos em:

	R\$ mil	
	30.6.2015	31.12.2014
Lucro líquido.....	385.725	327.587
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(19.287)	(16.379)
Base de cálculo	366.438	311.208
Dividendos propostos.....	3.664	3.112
Percentual em relação à base de cálculo	1%	1%
Valor em reais por lote de mil cotas.....	2,82	3,31

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Taxa de administração de grupos de consórcios.....	498.144	467.765
Taxa de permanência (1).....	37.895	25.475
Total	536.039	493.240

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

16) DESPESA DE PESSOAL

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Proventos.....	3.993	4.368
Benefícios.....	2.681	2.234
Encargos sociais.....	2.295	2.666
Participação dos empregados nos lucros.....	845	764
Outras.....	168	75
Total	9.982	10.107

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Comunicações.....	6.167	6.576
Serviços técnicos especializados.....	4.897	4.150
Depreciações e amortizações.....	4.209	3.641
Processamentos de dados.....	1.508	1.469
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.440	455
Contribuições filantrópicas.....	1.440	3.533
Viagens.....	863	766
Material.....	554	622
Transportes.....	495	546
Aluguéis.....	229	227
Manutenção e conservação de bens.....	107	125
Outras.....	502	449
Total	20.971	22.559

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Contribuição à COFINS.....	42.388	39.207
Impostos sobre serviços - ISS.....	9.963	9.355
Contribuição ao PIS.....	9.203	8.512
Outros.....	-	3
Total	61.554	57.077

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Reversão de provisões.....	700	566
Receitas financeiras.....	200	156
Outras.....	35	67
Total	935	789

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Comissões.....	21.931	27.418
Taxas de transferências e alienação de bens (Detran).....	5.572	5.081
Patrocínio.....	2.923	8.236
Gravames.....	2.659	3.051
Despesas financeiras (1).....	2.589	-
Vistoria.....	1.277	1.015
Ações de reconhecimento (2).....	1.143	4.018
Taxa de avaliação.....	1.065	1.071
Perdas por fraude.....	1.001	4
Provisões cíveis.....	626	1.341
Doações.....	-	10.560
Outras.....	2.606	2.403
Total	43.392	64.198

(1) Refere-se à atualização da taxa Selic sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social pago em março de 2015.

(2) Refere-se a premiações pagas por metas atingidas.

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Taxas recuperação despesas (1).....	26.156	26.476
Descontos obtidos.....	1.039	1.195
Outras.....	3	21
Total	27.198	27.692

(1) Refere-se basicamente ao ressarcimento de avaliação de imóvel, taxas de transferências e alienação de bens.

22) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 5.367.395 mil (31 de dezembro de 2014 - R\$ 4.894.963 mil), estão compostas em cotas de fundos referenciado DI.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras - Banco Bradesco S.A., no 1º semestre de 2015 foi de R\$ 65.358 mil (2º semestre de 2014 - R\$ 64.595 mil).

23) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades:

	30.6.2015	31.12.2014
Grupos em andamento.....	3.537	3.429
Grupos encerrados.....	1.838	1.717
Bens entregues nos semestres.....	78.688	150.622
Bens entregues totais.....	821.699	743.969
Consorticiados ativos.....	1.126.620	1.062.076
Desistentes e cancelados nos semestres.....	93.485	147.725
Consórcios contemplados (1).....	594.608	837.127
Bens pendentes de entrega.....	48.913	93.158
Taxa média de inadimplência (2).....	3,77%	3,68%

(1) Em 30.6.2015 e 31.12.2014 foram considerados somente consorciados de grupos em andamento; e

(2) Em 30.6.2015 o % de inadimplência refere-se a consorciados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na data-base.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	R\$ mil			
	30.6.2015	31.12.2014	1º sem. 2015	2º sem. 2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)

Disponibilidades:

Banco Bradesco S.A. 3 - - -

Aplicações no mercado aberto:

Banco Bradesco S.A. 831.867 784.620 47.247 34.620

Títulos e valores mobiliários:

Banco Bradesco S.A. 834.623 785.751 48.872 35.751

Dividendos:

Banco Bradesco S.A. (3.664) (5.861) - -

Aluguéis:

Banco Bradesco S.A. - - (229) (227)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da

Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência

destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.500 mil (2014 - R\$ 1.000 mil) para remuneração dos Administradores e de

R\$ 1.500 mil (2014 - R\$ 1.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração

variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação dispo-

nível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento.

Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administra-

dores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

Proventos..... 302 691

Contribuição ao INSS..... 60 138

Total..... **362 829**

continua...


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	623	490
Total	623	490

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	582.616	492.808
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(198.089)	(167.555)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.631)	(7.620)
Outros valores	2.829	9.954
Imposto de renda e contribuição social do período	(196.891)	(165.221)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2015	2º sem. 2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(197.123)	(165.647)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias.....	232	426
Imposto de renda e contribuição social do período	(196.891)	(165.221)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014		Saldo em 30.6.2015	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisões fiscais e trabalhistas	30	46	-	76
Provisões cíveis.....	878	186	154	910
Provisão para perda de investimento	41	-	-	41
Outros (1)	604	612	458	758
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 8).....	1.553	844	612	1.785

(1) Refere-se essencialmente à provisão para PLR e premiações.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2015 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	184	66	250
2016.....	440	158	598
2017.....	468	177	645
2018.....	173	68	241
2019.....	38	13	51
Total	1.303	482	1.785

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, em 30.6.2015 monta R\$ 1.682 mil (31.12.2014 - R\$ 1.460 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

e) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores Vice-Presidentes	Diretor Superintendente	Diretor
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Domingos Figueiredo de Abreu Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi Alexandre da Silva Glúher	Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha	Octavio de Lazzari Júnior Maurício Gomes Maciel

Cláudia Teixeira de Souza - Contadora - CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2015 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de

auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2015 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 20 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1